

## O NZinga Informativo como caso de comunicação popular e alternativa do movimento negro feminista

### RESUMO

**Debora Chacarski de Mello**  
[deborachacarski@gmail.com](mailto:deborachacarski@gmail.com)  
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

**Fernanda Cavassana Carvalho**  
[cavassanaf@gmail.com](mailto:cavassanaf@gmail.com)  
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

O artigo discute como elementos jornalísticos podem ser explorados por coletivos para compor seus veículos de comunicação popular e alternativa. Isso se dá por meio de um estudo de caso, o NZinga Informativo, impresso que circulou na década de 1980 como ferramenta de comunicação do Movimento de Mulheres Negras no Brasil. Metodologicamente, recorre-se às pesquisas bibliográfica e documental em busca de evidências que são encadeadas para embasar a discussão. A partir disso, demonstra-se como o NZinga Informativo explora os principais elementos do jornalismo impresso para tratar de assuntos relacionados à comunidade negra e suas demandas de uma maneira única e totalmente diferente da forma como a imprensa tradicional costuma abordar esses temas.

**PALAVRAS-CHAVE:** NZinga Informativo. Mídia popular e alternativa. Imprensa negra feminista.

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende, por meio de um estudo de caso, entender como o impresso “Nzinga Informativo” se constituiu como veículo de comunicação popular alternativa do Movimento de Mulheres Negras no Brasil. Visa compreender também como a militância dessas mulheres, no período pós-ditadura militar, perpassa a produção de um jornal impresso. A discussão do tema se torna relevante por se voltar para questões de raça e gênero, e de como a comunicação popular alternativa se torna uma saída para que mulheres negras produzam conteúdo informativo e cheguem até o público-alvo – mulheres negras periféricas. Para melhor compreender e executar a pesquisa para este trabalho, fez-se necessário entender o Movimento Negro no Brasil, Movimento de Mulheres Negras e conceituar como as práticas jornalísticas e a comunicação popular-alternativa são utilizadas nesse contexto sociocultural por esse grupo social.

O Nzinga foi um coletivo criado por Lélia Gonzalez e outras ativistas negras, na zona oeste do Rio de Janeiro, com o intuito de fomentar debates sobre racismo, a partir de referências africanas em relação à cultura, religião, política e ao apartheid. A identidade do coletivo é marcada pela simbologia e preocupação com o resgate histórico da ancestralidade da mulher negra. Tal escolha é demonstrada a partir da homenagem feita à rainha angolana que dá nome ao coletivo. Nzinga lutou para enfrentar o colonialismo português na Angola por cerca de 35 anos, se transformando em um ícone de luta e estratégia (FREITAS, 2017). O veículo desse grupo, o “Nzinga Informativo”, nasce em 1985 e teve cinco edições até 1989. Trazia a simbologia e o ativismo do coletivo homônimo para dentro das páginas do jornal, com conteúdos relacionados à luta das mulheres negras, suas necessidades e espaços sociais que estavam sendo conquistados (FREITAS, 2018).

O objetivo é, por meio das estratégias metodológicas de estudo de caso (YIN, 2008), caracterizar o “Nzinga informativo” como um exemplo de jornal de popular alternativo. Para isso, explora-se, principalmente, a revisão bibliográfica em busca dos elementos que evidenciem o informativo como exemplo concreto desse tipo de publicação, um caso. Ele foi um veículo com pautas específicas do movimento de mulheres negras. Os textos eram escritos na primeira pessoa do plural, trazendo ao leitor a impressão de estar dentro dos acontecimentos, acompanhando a luta e as pautas do veículo. A pessoalidade com que essas mulheres tratam as fontes é fundamental para elas, enquanto coletivo, expressarem que estavam falando sobre e com o seu próprio grupo.

Ressalta-se que ao longo do período de mobilização e consolidação dos Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras no Brasil, esses atores coletivos passaram a produzir, de forma articulada, os seus próprios veículos de comunicação. Para além da finalidade de mobilização, essas iniciativas se tornaram uma resposta à invisibilidade e não representação deles na imprensa tradicional. De encontro à ausência na mídia convencional, a população negra passa, pois, a ter voz dentro da imprensa negra. Concordamos com Ribeiro (2019), que destaca que iniciativas como essas vão além da defesa pelo lugar de fala, pois o falar não se restringe à emissão de conteúdo, mas também integra a reivindicação da própria existência de um grupo ou indivíduo. “Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2019, p. 64).

Um dos principais pontos de reivindicação aqui é poder contar a história da escravidão no Brasil pela perspectiva do povo que a vivenciou e ainda sofre com as consequências desse sistema. Conhecer a história a partir de outro ponto de vista que não seja a convencional, do homem branco ocidental colonizador, não só ressignifica a identidade das pessoas negras, como delimita a sua importância e resistência para a estruturação de todas as conquistas advindas da luta do povo negro (RIBEIRO, 2019).

## IMPrensa NEGRA BRASILEIRA

Segundo Rosa (2014), a imprensa negra brasileira não está relacionada com a conhecida “Imprensa Abolicionista”. Segundo a autora, uma tratava da luta contra o racismo e direitos civis, enquanto a outra restringia suas pautas à não escravização da comunidade negra. Em luta contra a escravidão, a imprensa abolicionista circulou apenas entre os anos 1880 e 1888. Em contrapartida, para além da pauta abolicionista,

A imprensa negra se constituiu como um dos instrumentos utilizados pelos negros brasileiros para a provocação de um debate público sobre o racismo no País, a partir do domínio da técnica jornalística pelos negros e do uso da esfera pública para a enunciação de um discurso dissonante das forças hegemônicas (ROSA, 2014, p.564).

O precursor da editoração negra no Brasil foi Francisco de Paula Brito, que, em 1833, já difundia conteúdos por meio do jornal “O Homem de Cor”. Depois, circularam os jornais “Brasileiro Pardo”, “O Cabrito”, “O Criolinho” e “O Lafuente” (ROSA, 2014). Em 1876, surge “O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social”, um impresso que tinha caráter abolicionista e teve 12 edições publicadas. Segundo Rosa (2014), numa das edições de “O Homem”, houve uma reunião política que contou com a presença de 50 mulheres negras.

Já “O Exemplo” surgiu em 1829, no sul do país, e circulou até 1930. Este contava com colaboradores brancos, mas tinha como principal objetivo a participação social, fim do racismo e da discriminação de pessoas negras. A partir desse período, a conscientização da população negra, também estimulada por meio dessas publicações, começa a causar mais impacto social, motivando a comunidade negra e adentrando o debate público (ROSA, 2014).

Para além da produção e distribuição das edições, a imprensa negra atuava também na organização de eventos e participação política. Em 1929, por exemplo, os jornais “A Voz da Raça” e “O Clarim da Alvorada” tentaram realizar o primeiro Congresso da Mocidade Negra, visando à fundação de um partido negro. Isso só foi efetivado em 1943, com “A União dos Homens De Cor” que, ressalta-se, contou com a participação de uma mulher negra, empregada doméstica, entre os seus seis fundadores (ROSA, 2014).

No estado de São Paulo, a imprensa negra surge em 1915. Com atuação até 1963, representou grande impacto social, fazendo parte do desenvolvimento do movimento negro paulista e se consolidando como meio, tanto de reivindicação de direitos, quanto de difusão de conquistas da população negra. Também cabe pontuar que em 1950, Abdias do Nascimento passa a produzir o jornal “O

Quilombo”, que se torna uma referência para os estudos sobre imprensa negra no Brasil (ROSA, 2014).

Ressalta-se que o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1975 fez com que a imprensa negra assumisse um papel decisivo para organização política do movimento, além de estratégia de enfrentamento ao racismo. Tais movimentos passam, assim, a consolidar seus meios de comunicação, trazendo um conteúdo contra hegemônico em seus jornais e mantendo a circulação mesmo sob condições financeiras precárias. Alguns se tornam registros históricos importantes. Destacamos, por exemplo, que o Jornal do Movimento Negro Unificado passou a adotar pautas das mulheres negras e dos quilombolas na 20ª edição (ROSA, 2014). Outro periódico que se torna relevante é o “Nzinga Informativo”, criado a partir de um coletivo homônimo, formado por mulheres negras, que se constitui nosso caso empírico.

### COMUNICAÇÃO POPULAR ALTERNATIVA

No Brasil, a noção de jornalismo alternativo surge junto com a ditadura e a necessidade de reconquistar a democracia e os direitos civis. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi assinado em dezembro de 1968 e restringiu grande parte dos direitos constitucionais da população, gerando muitos espaços de resistência social (FESTA; SILVA, 1986). A imprensa alternativa surge do desejo de protagonismo das lutas e transformações por parte da esquerda, além da busca de intelectuais e jornalistas de escreverem para além da grande imprensa (KUCINSKI, 2001).

Esses veículos eram perseguidos e censurados pelo governo. Ainda assim, a tarefa da comunicação social coube a essa imprensa alternativa e popular, que tinha conteúdo em repúdio ao governo ditatorial. Kucinski (2001) indica que cerca de 150 periódicos alternativos nasceram e morreram no Brasil no período de 1964-1980. O autor também os caracteriza sob quatro diferentes significados: “o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam” (KUCINSKI, 2001, p. 5).

A censura aos meios de comunicação diminui em 1978, mas a piora da economia do país acabou inviabilizando sua publicação. Isso fez com que a maioria desses jornais deixasse de circular. Naquele ano, também surge a imprensa alternativa especializada: os jornais alternativos feministas (KUCINSKI, 2001). Cabe salientar que, antes da imprensa feminista, a imprensa feminina surge no século XIX, feita por homens, a fim de reforçar padrões e estereótipos de feminilidade. Já a imprensa feminista aparece em meados de 1975, com o propósito de ser produzido por mulheres. Diferentemente da imprensa feminina, debatia temas mais pertinentes em relação às mulheres, como direitos sociais e civis, assim como saúde das mulheres, a fim de trazer à tona questões que eram ignoradas pelos homens. Os primeiros jornais alternativos feministas (brancos) com sede no país foram “Mulherio” (1975-1980) e o “Nós Mulheres” (1976-1978) (LEITE, 2003).

A partir disso, o outro conceito que usaremos para compreender a produção feita no “Nzinga Informativo” é a definição de comunicação popular, que, segundo Cíclia Peruzzo (2009), é a forma de expressão de segmentos empobrecidos que visam suprir necessidades. Ao tratarmos de comunicação popular, falamos de um

meio de comunicação feita por e para um público específico, que integra grupos e organizações de movimentos emancipatórios, que visam a transformação de estruturas opressivas e desumanidades. Segundo a autora, isso emerge dos grupos populares (movimentos populares, organizações de base, imprensa alternativa, ONGs etc.) entre 1970-1980 e em partes nos anos 1990 (PERUZZO, 2009). Como é o caso do coletivo de feministas negras Nzinga, que nasce em 1983 e, a partir dele, cria-se o “Nzinga Informativo” (1983).

Comunicação popular, alternativa e comunitária para Peruzzo (2009) são expressões de lutas para melhores condições de vida, a partir de movimentos populares e representam esse espaço para participação democrática do povo. Passando a ser um instrumento político de classes subalternas. Peruzzo (2009, p. 54) enfatiza que “há uma comunicação alternativa no âmbito dos movimentos populares que extrapola jornais e o jornalismo”.

Da perspectiva de povo como conceito, a autora salienta a ideia do popular-alternativo, que se situa no universo dos movimentos sociais populares no processo pela luta por direitos e cidadania, como é o caso do Movimento de Mulheres Negras. Assim, o veículo popular é alternativo porque não se alinha à comunicação tradicional e se torna um instrumento político, usado basicamente para externalizar a concepção de mundo, anseio e compromisso por mais direitos efetivos do grupo que o produz.

Sobre a noção de comunicação comunitária, Peruzzo (2009) relaciona essa caracterização aos processos desses veículos jornalísticos, que são baseados em não ter fins lucrativos, conta com participação popular, a propriedade coletiva e a difusão de conteúdos educativos, culturais e cidadãos. Assim, esses meios tendem a ser mais artesanais, sem muito rigores técnicos. Novamente, reforçamos que o “Nzinga Informativo” se enquadra nessa caracterização, fazendo parte tanto da comunicação popular, como se organizando de maneira semelhante à comunicação comunitária. Como caracteriza Peruzzo (2009), seus atores sociais buscam a transformação das condições de opressão e sofrimento do segmento da população a quem pertencem, com vistas à efetivação de um mundo em que todos possam ter dignidade e seus direitos respeitados.

Cabe lembrar que os movimentos sociais brasileiros existem muito antes do período do regime militar, mas, segundo Peruzzo (1998), só passam a ter notoriedade acadêmica a partir desse período. Eles podem ser de vários tipos. Quando tratamos do coletivo feminista negro homônimo ao veículo de comunicação “Nzinga Informativo”, estamos tratando de um movimento que se encaixa em duas definições: movimento voltado à defesa dos direitos humanos e movimento vinculado a problemas específicos, no caso étnico-racial e gênero.

Peruzzo (1998) também afirma que a imprensa alternativa tinha como compromisso uma leitura crítica em relação à grande imprensa, mas depois do fim da ditadura perde o fôlego, deixando como herdeiras: a imprensa popular, e a imprensa partidária. Quando pensamos o “Nzinga Informativo”, tratamos de um veículo de comunicação popular-alternativa, que surge em meados dos anos 1980 e possui caráter libertador e revolucionário, além de trazer conteúdos críticos e reivindicativos capazes de conduzir a transformação social (PERUZZO, 1998). No entanto, destaca-se que esses veículos populares não são elaborados com metodologias uniformes, passando por dificuldades para se legitimar como

veremos a seguir. Verifica-se que “os movimentos sociais passam a construir algo ‘novo’, forjando sua própria comunicação” (PERUZZO, 1998, p.148).

Ainda segundo a autora, perpassam por várias limitações, como: abrangência reduzida; falta de competência técnica; instrumentalização; e carência de recursos financeiros, que no nosso objeto são muito nítidas no que diz respeito ao público-alvo – mulheres negras. Sem jornalistas formadas no que diz respeito a suporte técnico, o informativo existia com a finalidade de conscientizar a população, mas por exemplo, ignorava o contexto do baixo nível de alfabetização do seu público-alvo, e a falta de recursos financeiros limitou a circulação desse impresso a apenas cinco edições, praticamente anuais.

Os aspectos positivos desse tipo de produção são descritos da seguinte forma: diversificação dos instrumentos; apropriação de meios técnicos; conquista de espaços; autonomia institucional; articulação da cultura; reelaboração de valores e formação de identidades; mentalidade de serviço; preservação da memória; democratização dos meios e conquista da cidadania (PERUZZO 1998, p. 155-158).

## O IMPRESSO EM PERSPECTIVA ALTERNATIVA

Após caracterizar a imprensa popular-alternativa, abordamos os tradicionais elementos do jornalismo impresso, que passam a ser adaptados e incorporados nesses veículos alternativos. A discussão aqui é sobre como o uso estratégico desses elementos, pelos propósitos apresentados pelos movimentos que os exploram, torna essas mídias mais plurais a partir de suas propostas e engajamento social, afastando-se, pois, do uso padronizado hegemonicamente. Esse tópico retoma características convencionadas sobre esses elementos e como eles podem ser explorados de forma alternativa, quando utilizados em prol das causas que seu emissor ou produtor defende.

Em relação a veículos impressos de jornalismo, alguns de seus principais elementos são: notícias, reportagens, entrevista, editorial, crônica, artigos e fotolegendas (SOUSA, 2001). É importante ressaltar que os gêneros jornalísticos não se esgotam entre os listados e passam por processos de desuso e retomada. Estão constantemente sendo criados, transformados e dificilmente se perdem (SOUSA, 2001).

No “NZinga Informativo”, a linguagem utilizada por essas mulheres na produção do jornal faz uso de gêneros discursivos jornalísticos, por meio dos quais também se apropriam de formatos e identidade visual do impresso que são estudados e pautados dentro do campo do jornalismo. Diante dessas informações, já é possível executar o que Yin (2003) chama de “encadeamento de evidências”, que nada mais é do que o cruzamento das informações teóricas com o que foi visto nas publicações do jornal impresso.

A notícia é o elemento básico do jornalismo e se configura pelo relato breve sobre um fato recente, próximo e factual. Na imprensa tradicional, o noticiário é definido pelos critérios de noticiabilidade e valores noticiosos, tanto convencionados pelo campo jornalístico como relevância, atualidade, proximidade etc., quanto os definidos pela organização produtora, a empresa jornalística. De modo alternativo, um grupo pode definir critérios diferentes, abordando outros temas, diferentes do que se têm nos veículos convencionais, a partir de suas

pautas e demandas enquanto movimento social. Entre os fatores que orientam tais valores, estão o público-alvo, a abrangência, a distribuição, a linha editorial etc. Enfim, o projeto editorial em si. Exemplos de como as notícias são acionadas de forma estratégica pelos movimentos em seus jornais estão em pesquisas que analisaram o noticiário dos veículos do MST, como o jornal Sem Terra (SANTOS; PICOLOTTO, 2019).

As entrevistas são, para Sousa (2001), um gênero autônomo da obtenção de informações. “A pergunta é a principal técnica jornalística de recolha de dados junto de fontes humanas” (SOUSA, p. 235, 2001). Para além da apuração, as entrevistas são acionadas de forma direta ou indireta nas reportagens e no noticiário. Podem, ainda, ser transcritas na íntegra, dando ênfase ao conteúdo ou à pessoa entrevistada, em formato de perguntas-respostas, o tipo pingue-pongue (BUENO, 2020).

Nesse sentido, as entrevistas publicadas em veículos alternativos não só dão visibilidade para os atores sociais entrevistados. As afirmações deles, especialmente por meio das aspas expostas, dão voz ao entrevistado e, conseqüentemente, a quem ele representa. Além disso, conduzir uma entrevista em profundidade fundamenta essa voz, propicia que essa fonte seja ouvida. Com as perguntas e o aprofundamento direcionado, o engajamento do coletivo exerce o papel e a pluralidade que a mídia hegemônica não se compromete em realizar para esses grupos. Um exemplo aplicado dessa discussão está presente na pesquisa de Fernandes (2016), ao indicar como a Agência Pública seleciona ativistas para entrevistas em suas pautas.

Na segunda edição do NZinga Informativo, por exemplo, há uma entrevista publicada em quatro páginas. As autoras indicam no texto de abertura que a entrevista em profundidade teve a duração de três horas, e a publicação seria apenas o trecho que elas consideraram significativo para publicar na edição, sendo um conteúdo pensado para a comemoração do Dia Internacional da Mulher, para celebrar e entender a importância da representatividade de grupos de mulheres negras como esses.

Já as reportagens são consideradas o gênero nobre da informação jornalística para Sousa (2001), pois retratam o fato de forma mais aprofundada e detalhada. Fazem uso de outros elementos, como entrevistas, notícias, crônicas, artigos de opinião e análises, tornando-se, assim, um gênero híbrido dentro do impresso. Pode-se dizer que utiliza todos os recursos possíveis para elucidar os leitores (SOUSA, 2001). Para o alternativo, é a oportunidade não só de pautar temas diferentes da grande imprensa, mas também de aprofundar de modo diferente, com outras contextualizações, perspectivas e posicionamentos.

Por sua vez, o editorial é o espaço onde o jornal dá um posicionamento coletivo sobre determinado assunto. Na imprensa alternativa, esse é o espaço que demarca o conteúdo, de onde e para quem é feito, engajado e propositalmente abordado para alcançar e suprir as lacunas que a mídia hegemônica não cobre no debate público.

Em uma das edições analisadas, por exemplo, há o texto denominado “O Nzinga contra o APARTHEID”. Nele, é expresso o posicionamento das mulheres do coletivo e do jornal, que reitera as atrocidades do regime e pedem pelo fim do



mesmo. Essa é uma característica bastante comum deste tipo de veículo popular-alternativo, onde os ideais de seus produtores e a subjetividade ficam explícitos.

Outro gênero argumentativo é a crônica, e o autor a define a partir da periodicidade de publicação e participação do cronista na publicação. “O termo crônica serve primeiramente para designar as peças assinadas por um cronista regular de um jornal ou de uma revista” (SOUSA 2001, p 288). Também há as colunas, que podem ser escritas por um(a) único(a) colunista ou ser temática. No “NZinga Informativo”, as cinco edições continham uma coluna sobre “Mulheres Negras e Guerreiras”. Essas histórias são pequenas biografias de mulheres negras, com suas lutas e seus feitos naquele contexto.

Os artigos não se enquadram nos demais gêneros. Também são textos de natureza interpretativa, sendo subjetivos e pessoais dentro do veículo segundo Sousa (201). Num jornal de comunicação popular, o importante é considerar a autoria desses artigos, que, geralmente, ocupa o protagonismo dos movimentos sociais. Esse espaço de opinião utilizado por líderes traz uma perspectiva mais combativa, refletindo o assunto problematizado no texto. Na imprensa hegemônica, usualmente, esse espaço representa um debate mais especializado e técnico, usualmente ocupado por especialistas, professores, pesquisadores, jornalistas etc. Já na imprensa alternativa, torna-se mais político, como porta-voz das comunidades e coletivos sociais, buscando pautar políticas públicas e reflexões para o público.

Outra característica do jornalismo impresso é a utilização estratégica de fotografias, juntamente com pequenos textos informativos (SOUSA, 2001). Para além das questões de design, ilustração e diagramação, é possível defender o protagonismo das fotografias quando exploradas de forma autônoma. Podem contar histórias, aportar informações, mas também denunciar problemas sociais, ambientais, políticos etc. A fotografia pode ser utilizada de forma dissidente à hegemônica, especialmente exploradas por coletivos, de acordo com Boroski (2020).

Vaz e Mendonça (2002), atentam para a não representação dos negros nos jornais, e a comum associação dos negros à criminalidade e à miséria. Nitidamente os negros não ocupam as páginas de economia dos jornais por exemplo, pois a sociedade contemporânea capitalista reserva essas páginas para os “bem-sucedidos” [brancos]. “Claro está que, há exceções, “fendas simbólicas”, em que esse tipo de negro acaba por despontar, mas a tônica é a elipse dos negros desses cenários de decisão” (VAZ e MENDONÇA, 2002, p. 03). Entretanto, as situações nas quais negros e negras ocupam lugares de poder são raras de se observar nos impressos.

Esse movimento acaba atenuando a atuação de meios de comunicação popular-alternativa como um dos principais meios de comunicação de grupos sociais que não fazem parte dos “bem-sucedidos”. Os negros acabam tendo seu espaço nos jornais tradicionais apenas como adereço, em períodos temáticos, marcados por festas, celebrações religiosas ou em momentos de revolta. Todos esses momentos são carregados de estereótipos e estigmas dessa população negra e reforça o que Vaz e Mendonça (2002, p.4) denominam “minorização”.

Sabe-se que a leitura de periódicos não é feita de forma sequencial. Os leitores percorrem todo o jornal, mas só o que lhe prende a atenção é visto e lido de forma



mais aprofundada. (VAZ; MENDONÇA, 2002). E quando pensamos nesse padrão de leitura, a fotografia é um dos principais recursos visuais para que o leitor se interesse pelo conteúdo (BOROSKI, 2020). “A representação influencia o modo de se ver as situações do dia a dia; participa da construção do imaginário de uma sociedade e configura e reconfigura seus quadros interpretativos” (VAZ; MENDONÇA, 2002, p.08).

Nesse sentido, o veículo no qual essas representações estão dispostas, também carrega o simbolismo do seu posicionamento e enquadramento das situações, que são camuflados pelo mito jornalístico que os autores apontam como a objetividade e espelho da realidade. O que, na verdade, são estratégias enraizadas na mídia hegemônica que tem como real objetivo a neutralização de críticas em potencial e reflexões acerca dessas pautas. (VAZ; MENDONÇA, 2002).

No caso, o Nzinga Informativo tem suas características específicas, como boxes com conteúdos do movimento negro no mundo, conquistas das mulheres e reflexões como as que permeiam os debates sobre gênero e raça do período (1985-1989), coluna sobre “Mulheres Negras e Guerreiras”. Além disso, questões mais técnicas que dizem respeito à disposição e diagramação do conteúdo nas páginas do jornal que também já fazia uso de fotografias de pessoas negras, a fim de ser mais representativo que os demais meios.

É possível afirmar que, em jornais tradicionais, os negros raramente ocupam lugares dignos, enquanto nos jornais populares-alternativos, passam a ser protagonistas de diversos fatos e não somente os rostos da criminalidade, e provocam exatamente esse pensamento crítico sobre assuntos que não são comumente pautados em outros espaços. Essa representação pejorativa se dá através do olhar externo, geralmente branco. Isso pode ainda minar a autoestima e identidade dessa comunidade (VAZ; MENDONÇA, 2002). Dentro dessas características existe também uma preocupação com as fontes das notícias, que podem ter várias classificações e participam de grupos classificatórios também.

Schmitz (2011) lista um apanhado de fontes e suas funções dentro do impresso. Um dos tipos apresentados por ele é de fontes primárias, consideradas aquele que fornece, diretamente, informações essenciais da matéria, por meio de fatos, versões e dados sobre o assunto. Por sua vez, a fonte secundária contextualiza, interpreta e complementa a matéria, a partir do que já foi dito pela primeira (SCHMITZ, 2011).

Portanto, dentro dos veículos alternativos existe uma preocupação latente em trazer à tona a voz de indivíduos que geralmente não ocupam o espaço e não são considerados fontes pelos veículos hegemônicos, mas participam ativamente dos fatos narrados pelo meio de comunicação popular e dão legitimidade ao conteúdo por fazerem parte daquela realidade e daquela experiência (SCHMITZ, 2011). Essa discussão está presente, por exemplo, na pesquisa de Tavares e Pereira (2019) sobre o caso “Jornalistas Livres”, em Belo Horizonte.

Por fim, ainda há o tipo de fonte proativa, aquela que estrategicamente oferecem notícias antecipadamente, como se produzissem o agendamento do veículo de comunicação (SCHMITZ, 2011). Quando pensamos a relação dessas fontes no jornalismo alternativo, estamos olhando para aquilo que interessa àquela comunidade, ao grupo de pessoas que aquele veículo direciona seu

conteúdo. Pelo caráter mais intimista desses veículos a relação fonte-jornalista cria esse vínculo e elabora conteúdos de forma conjunta e mais atrativa para o grupo.

Christofoletti e Basso (2007) acreditam que os meios de comunicação precisam exercitar a “democracia midiática”, classificada por eles como um espaço para diversidade étnica, religiosa, ideológica e cultural, ou seja, um ambiente capaz de estimular a pluralidade e o contraditório, produzindo reflexões. Na pesquisa realizada pelos autores citados, eles analisaram periódicos de Santa Catarina a fim de quantificar a presença de negros nesses jornais. O resultado foi o apagamento desses atores sociais, e até o seu embranquecimento nas imagens publicadas. Ou seja, os veículos não só ferem a democracia midiática como reforçam estereótipos e mantêm o senso comum enraizado (CHRISTOFOLETTI; BASSO, 2007).

Em outra pesquisa, Pontes e Ban (2018) percorrem um caminho semelhante, observando um produto laboratorial do curso de Jornalismo da UEPG, o Foca Livre. Os autores destacam a “não representação” de negros no jornal. Segundo eles, isso está ligado à estrutura social de desigualdade, que se instaura nas instituições de ensino dada, também, a ausência de estudantes e professores negros e negras. Isso acaba impactando diretamente no apagamento sobre as reflexões das representações étnico-raciais desses indivíduos nos jornais (PONTES; BAN, 2018). Em ambas as pesquisas o resultado é de que o negro aparece como um componente fotográfico, não como o sujeito da própria história. E essa condição é devidamente confrontada a partir dos meios de comunicação popular-alternativa como o NZinga Informativo. Seu principal objetivo é ocupar o protagonismo nos seus próprios meios e alcançar a democracia midiática tal qual deve ser praticada e veiculada.

Diferentemente da imprensa tradicional, e da popular-alternativa, os jornais populares mesclam seus conteúdos com a finalidade de alcançar o maior número de leitores possíveis dentro da comunidade onde atuam. Isso não significa necessariamente menosprezar ou validar o que os autores chamam de ‘linguagem dos excluídos’ diante das demais camadas sociais. Muito pelo contrário, essa narrativa própria ocupa um lugar de autorreconhecimento para esse público, gerando arcabouços simbólicos que dialogam entre si e com os outros. “No caso dos jornais populares, estas narrativas compõem as manchetes moldando as matérias com mensagens elaboradas a partir do: mundo do leitor” (FIALHO; MIRANDA, 2010, p 157).



Capas do jornal – Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro

Ao final da edição, o veículo tem o expediente, no qual constam as informações básicas sobre a produção do jornal. No caso do Nzinga Informativo, este espaço traz informações sobre as mulheres responsáveis pela edição e o endereço da caixa postal - uma tentativa de agendamento e interação com as leitoras. Buscando fortalecer o contato e a participação desse público, principalmente em relação à conscientização e mobilização da comunidade sobre os temas que foram e serão tratados nas edições do informativo.

Quando Peruzzo (2009) elenca os conceitos de comunicação popular, comunitária e alternativa, prevê alguns dos elementos que ficam expostos aqui. Na mesma medida em que o Nzinga Informativo se apropria de elementos jornalísticos para explicar a que veio e por que veio dessa forma, já está exercendo seu papel de imprensa popular-alternativa, porque o seu engajamento é popular, e as pautas que são tratadas estão diretamente relacionadas a reivindicações sociais.

Alguns estudos já analisaram outros veículos produzidos por grupos sociais marginalizados, como a pesquisa de Bezerra (2011) sobre um jornal impresso produzido pelo MST, no início da década de 1980. O autor aponta que, durante seu primeiro ano de circulação, o Boletim Informativo Sem Terra era impresso de forma artesanal, mimeografado e tinha a tiragem de setecentos exemplares e não tinha periodicidade definida, sua circulação acontecia semanal, quinzenal e até mensalmente.

O informativo era produzido a partir das vivências e rotinas de homens e mulheres que começavam a organização MST. O esforço do pesquisador ao olhar para esse meio de comunicação vai além de compreender os aspectos de sua trajetória, mas busca também uma reflexão sobre a luta do MST, informando os trabalhadores rurais sobre as condições de trabalho, a viabilidade do trabalho, entre os direitos e deveres de cada trabalhador e trabalhadora (BEZERRA, 2011).

Tem-se objetivos semelhantes ao “Nzinga Informativo”, embora nosso caso tenha sido voltado para a comunidade negra. O percurso em comum desses veículos são as formas de comunicação e difusão que esses grupos incorporam, na medida em que não são vistos. Ou, ainda, costumam ser estereotipados de maneira negativa na mídia tradicional e precisam quebrar o senso comum, informar o grupo social em que fazem parte e reivindicar seus direitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O apanhado histórico do fazer jornalístico dentro da imprensa negra, compreendendo suas implicações, práticas e aperfeiçoamento ao longo de todos esses anos até chegar no modelo que nos é apresentado pelo “Nzinga Informativo”, é necessário para que o debate sobre a imprensa popular-alternativa fique mais nítido e delineado. Debate que é pertinente e coerente ao nosso objeto.

O “Nzinga Informativo” foi um impresso que buscou aplicar as práticas, design e estratégias produtivas do jornalismo, como técnicas de apuração, produção de conteúdo, diagramação etc. – para compor um veículo que tornasse a discussão racial central e desse protagonismo às mulheres negras. Tornando-se, como se discutiu nesse texto, um contraponto que vai de encontro à “minorização” do negro, aqui considerada uma construção histórica de apagamento simbólico na

mídia, forçando-os a calcar sua visibilidade em meios de comunicação não tradicionais nem oficiais (VAZ e MENDONÇA, 2002).

A partir de estudos como Kucinski (2001) e Peruzzo (2009; 2013), compreendemos que as concepções que a comunicação popular e a alternativa no Brasil são diferentes. A primeira existe a partir dos movimentos sociais, como por exemplo a imprensa negra a faz desde o século XIX, enquanto a alternativa nasce como resposta à conjuntura autoritária. Democraticamente, a oposição ao governo pode partir de pautas de movimentos sociais que estejam em desacordo com a forma como as políticas públicas estejam sendo aplicadas. Porém, o período da ditadura compõe uma exceção, na qual as minorias sociais e demais cidadãos foram privados de direitos básicos, inclusive a de se manifestar contra o governo. Enquanto a mídia tradicional se mostrava controlada e conivente, os jornais alternativos lutavam diretamente pela própria comunicação. Por isso, quando observamos o objeto desta pesquisa – o “Nzinga Informativo” – estamos pensando além do jornalismo alternativo, que surge no período da ditadura. Trata-se de um veículo popular e alternativo, do movimento de mulheres negras.

O objetivo aqui foi o de evidenciar como elementos do impresso são fundamentais para organizar e caracterizar um produto jornalístico e como eles passam a ser adaptados pela comunicação popular-alternativa estrategicamente. Ou seja, como eles servem de norteadores para os movimentos sociais organizarem suas publicações em formato de jornal, passarem a ter voz e a se representar.

Em suma, a prática jornalística por meio da imprensa negra era pautada pela necessidade de igualdade de direitos e não pelos estigmas sociais e racistas da época, produzida por militantes e para a comunidade negra. A imprensa negra tentava, justamente, subverter um padrão hegemônico. Ao trazer à tona suas demandas e suas pautas, as negras e negros passam a ter voz e calcar espaços ativos e participativos na sociedade, o que automaticamente causa um impacto, movendo as engrenagens e obrigando os cidadãos brancos a olharem para o redor. Mesmo depois da abolição, o percurso e a luta travados por esses homens e mulheres foram árduos para que passassem a ser considerados humanos.

Como discorremos neste estudo, o trabalho comunitário exercido por esses movimentos sociais é legítimo e muito significativo na construção da história brasileira. A constituição de sua própria imprensa – e, conseqüentemente, de seus próprios conselhos para se pensar e executar políticas públicas para a comunidade negra – fez-se fundamental para a formação política, econômica, social e comunicacional desse grupo. Majoritário, este foi historicamente esquecido pelo resto da sociedade, que corrobora padrões para manter a estrutura racista que subalterniza e infantiliza as negras e negros, inclusive por meio do jornalismo, da mídia hegemônica. Portanto, a imprensa negra e a imprensa de mulheres negras, como o “Nzinga Informativo”, são exemplos de imprensa alternativa, mas também popular.

## The Nzinga Informativo as a case of popular and alternative communication for the black feminist movement

### ABSTRACT

This article discusses how journalistic elements can be exploited by collectives to compose their popular and alternative communication outlets. This is done through a case study, the "Nzinga Informativo," a print publication that circulated in the 1980s as a communication tool for the Black Women's Movement in Brazil. Methodologically, it relies on bibliographical and documentary research to gather evidence that is linked to support the discussion. From this, it is demonstrated how the Nzinga Informativo explores the key elements of print journalism to address issues related to the Black community and their demands in a unique and entirely different way from how the traditional press usually covers these topics.

**KEYWORDS:** Nzinga Informativo. Popular and alternative media. Black feminist press.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Antonio Alves. O Jornal como porta-voz das ações e estratégias do MST. Revista Territórios e Fronteiras, v. 4, n. 1, 2011.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia. 50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos. 1ª edição, São Paulo: Edusp / Fapesp, 2017.

BOROSKI, Marcia. Fotojornalismo: técnicas e linguagens. Curitiba: Intersaberes, 2020.

BUENO, Thaísa C. Entrevista pingue-pongue: tipos usuais no jornalismo brasileiro. Triade, Sorocaba - SP, v. 8, n. 18, p. 266-291, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p.117-133, 2003.

CARVALHO, André B. Racializar a notícia, pleiteando igualdade: a experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002). Dissertação (Mestrado em História - UFPB, João Pessoa, 2020.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; BASSO, Marjorie K. J. O preto no branco: democracia midiática no Brasil e presença de negros nas fotos dos jornais. Estudos em Comunicação, n. 2, p. 111-125. 2007.

DAMASCO, Mariana Santos. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930. Estudos Afro-Asiáticos, v. 24, n. 3, pp. 563-599, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, v. 12, n. 23, 100-122, 2007.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Rio de Janeiro: Globo, p. 29-36, 2008.

FERNANDES, Kamila. “É proibido falar em Angola”: estratégias discursivas do jornalismo alternativo em audiovisual para desinvisibilizar o autoritarismo em Angola aos olhos do Brasil. In: CUNHA, P.; VIEGAS, S.; CASTRO, M. G. (eds). *Atas do VI Encontro Anual da AIM*. Lisboa: AIM, 2016.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins. *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. Edições Paulinas. São Paulo, 1986.

FIALHO, Carlos Eduardo; MIRANDA, Tatiana Barbosa. Primeira página: jornais populares e identidade. *Confluências*, v. 11, n. 2, p. 153-165, 2010.

FREITAS, Viviane Gonçalves. *De qual feminismo estamos falando? Construções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de Brasília, 2017.

FREITAS, Viviane Gonçalves. Mulheres negras e imprensa feminista: vozes, interseccionalidade e cidadania. *Revista Compolítica*, v. 8, n. 2, 2018.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 1 ed., 1991; Editora Página Aberta Ltda. 2 ed., revista e ampliada, 2001, Edusp.

LEITE, Rosalina S. C. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, 2003.

LOURENÇO, Conceição. *Racismo: a verdade dói*. Encare. Editora Mostarda, 2006.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. *A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935*. 2017. 144p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

PERUZZO, Cicilia M. K. *Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos*. *Contemporanea*, v. 11, n. 1. 2013.

PERUZZO, Cicilia M. K. *Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor*. *ECO-Pós*, v.12, n.2, p.46-61, 2009.

PONTES, Felipe Simões; BAN, Gustavo. A (não) representação das negras e negros no jornal laboratório Foca Livre. *Revista Alterjor*, v. 18, n. 2, pp. 121-136, 2018.



RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo, Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 11, n. 1, 2014.

SANTOS, Iolanda A. F.; PICOLOTTO, E. L. As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos: rastros da experiência organizativa nas páginas do Jornal Sem Terra. Revista Novos Rumos Sociológicos, v.7, n.11, Jan/Jul, 2019, pp. 232-268. Disponível em:  
<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/sociologicos/article/view/3477/2831>

SANTOS, Neusa. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2a Edição, Graal, 1983.

SCHMITZ, Aldo Antonio. Classificação das fontes de notícias. BOCC. Covilhã: UBI, 2011. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>. Acesso em: outubro de 2019

SOUSA, Pedro Jorge. Elementos do jornalismo impresso. BOCC. Covilhã: UBI, 2001.

TAVARES, Valquíria de Cássia; FERREIRA, Mayra Fernanda. As estratégias de mídias sociais utilizadas no jornalismo alternativo: o caso dos “Jornalistas Livres” em Belo Horizonte – MG. Estudos em Jornalismo, v. 10, 2019.

VAZ, Paulo Bernardo Ferreira; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A representação visual do negro no jornal impresso. In: Anais... XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador – BA, 2002.

YIN, Robert K. Estudo de caso: Planejamento e metodologia. Bookman, 2003.

**Recebido:** 7 jun. 2023.

**Aprovado:** 2 set. 2023.

**DOI:** 10.3895/rde.v14n23.17096

**Como citar:**

MELLO, D.C.; CARVALHO, F.C. Dito Efeito, Curitiba, v. 14, n. 23, p. 45-61, jan./jun. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/de>>. Acesso em: XXX.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

